

Políticas Públicas e Mercado de Trabalho para os Jovens Brasileiros

Carlos Antonio Furtado Dutra ()*

Introdução

As políticas públicas devem ser entendidas como um agrupamento de atuações organizadas com propósitos comuns, determinando o entendimento entre o Estado e toda a sociedade civil, na proposta, na concepção, no acompanhamento e nas verificações das políticas para a juventude. Em setembro de 2007, o governo brasileiro apresentou um novo programa denominado ProJovem, lançado com o objetivo de uniformizar os programas já efetivos: Saberes da Terra, Agente Jovem, Consórcio da Juventude, Escola de Fábrica e Juventude Cidadã. Com essa uniformização o governo tenciona atender jovens que se encontram em estado de vulnerabilidade social entre 15 a 29 anos de idade, proporcionando a recuperação no sistema educacional, auferindo qualificação profissional e ingresso à cidadania e lazer.

Para conseguir o objetivo apresentado pelo programa, o Governo tem a obrigação de atuar com ações planejadas, fazendo uso e dispondo os recursos efetivos em cada setor (humanos, institucionais, material) de maneira mais eficaz, conduzindo-os para ações que respeitem a uma grandeza de prioridades determinadas em conjunto. Uma vez que recursos espalhados e executados sem um planejamento geral são desperdiçados com mais facilidade por ações isoladas para seus benefícios individuais. Todavia, a comunicação com outras organizações, ONGs e secretarias governamentais são imprescindíveis, para assim incorporar convicções e valores, aumentando os índices de capital social nas instituições de ensino e, por conseguinte, nas comunidades.

Percebe-se que os jovens apresentam uma pré-disposição para as ações comunitárias, entretanto, não encontram acolhimentos oportunos nos aspectos particulares, institucionais e sociais. Deste modo apresentam índices de capital social e vulnerabilidade nas redes de assistência. Ao passo que, se diversos setores do governo e

(*) Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrando em Gestão da Educação pela Universidade Fernando Pessoa – Portugal. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cidade de São Paulo.

da sociedade civil atuarem separadamente, não se alcançará uma política pública eficiente para os jovens.

Assim sendo, é a perspectiva de entendimento do meio social, econômico, cultural, político e ecológico que conseguirá proporcionar atitudes para a melhoria da situação dos jovens no país. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é averiguar as políticas públicas pertinentes às atividades para os jovens no Brasil em 2015. E, apresenta como objetivos específicos:

a) Averiguar a compreensão dos jovens a respeito das políticas públicas para o mercado de trabalho.

b) Investigar as ações do ProJovem que foi segmentado em ProJovem Campo, ProJovem Urbano, ProJovem Adolescente e ProJovem Trabalhador e suas conquistas.

c) Relacionar os programas pertinentes ao mercado de trabalho da juventude no país.

Políticas públicas para jovens na década de 1990

Na década de 1990 e no início do ano 2000 a participação dos jovens, apesar de subdividida, encontrou estímulo nas organizações da juventude do campo, dos centros urbanos e pelos movimentos sociais. Diante a estes movimentos postulatórios e de protestos, o Estado passa a elaborar políticas públicas para os jovens. O interesse geral, na década de 1990, para posicionar a questão da juventude na pauta dos governos, conduz à elaboração de diversas instituições na América Latina em geral (com exceção do Brasil e Honduras), direcionados especificamente para fortalecer uma política para os jovens. A partir das atividades realizadas pela Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), que se conseguiu *status* de instituição de direito internacional, os debates das questões dos jovens passaram a ser inseridas na agenda de reuniões de governantes da América Ibérica, e ocorreu um movimento na lógica de elaborar novos e fortalecer as instituições nacionais existentes para a juventude, por meio da qualificação de recursos humanos, da elaboração de referências teóricas e de métodos para implantar estas políticas públicas e, com ínfimo resultado, da procura de financiamentos diretos para as políticas destinadas a juventude (BANGO, 2003).

O rumo apreendido para instituir políticas públicas integrais para jovens tem sido sinuoso e angustioso, “tendo em vista a coordenação setorial das políticas sociais e a preferência da lógica do trabalho sobre a lógica dos sujeitos, em sua caracterização” (BANGO, 2003, p. 48). Em contrapartida, isso tem emperrado à semelhança das

Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ-Rio/FAETEC/SECT-RJ

finalidades destas instituições governamentais (também municipais e estaduais), seu preparo decisório quanto as políticas públicas para jovens e, até mesmo, a cooperação delas nas jurisdições intersetoriais de planejamento das políticas sociais. No entanto, ocorre a privação de políticas que incentivem a participação dos jovens na formação de sua cidadania. Confabula contra isso a dificuldade das instituições juvenis tradicionais e seus instrumentos de gerenciamento e, em outros casos, uma ineficaz estratégia de proximidade ao universo juvenil não ordenado e as novas classes juvenis atuais, devido a um aspecto excessivo institucionalista da participação do jovem por parte dos governos.

No Brasil, a temática do jovem, inserido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao ser endereçado a Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, ocasionou na concepção, nesse mesmo ano, do Fórum Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que resultou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no ano de 1990. O ECA, que muito colaborou para assegurar os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, ao introduzir o preceito de cidadania, é classificado como a mais acabada asserção do governo para crianças e adolescentes do país, uma vez que responsabiliza a família, a sociedade e o Estado pelo acatamento ou não dos direitos estabelecidos. “O art. 5º assim dispõe, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, penalizado na forma da lei, qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos essenciais”. Assim, percebe-se que, “[...] apesar de ter feito prosperar de maneira significativa a questão sobre as políticas públicas para os jovens, o ECA lançou para uma área nebulosa a polêmica quanto os direitos dos jovens que alcançam a maioridade legal” (KERBAUY, 2005, p. 202).

Ainda que, nos últimos cinco anos a temática juventude foi finalmente introduzido na pauta pública, no país, particularmente no reconhecimento de dificuldades que mais exatamente acometem os jovens: violência, saúde e desemprego, e na contemplação do jovem como personagem ativo na implantação destes programas. As políticas públicas em geral, e particularmente as políticas para jovens, no país, são segmentadas, encontram-se à mercê da disputa interburocrática padecem da intermitência administrativa, atuam em resposta a apropriadas propostas e não solicitações específicas, e propalar as divisões entre a sua organização e a sua execução. Agrega-se, tudo isso, a circunstância de que o governo não apresenta uma asserção clara

da atribuição dos jovens no padrão de desenvolvimento legitimado no Brasil. Além da ampliação das oportunidades de ingresso ao sistema de ensino e aos projetos direcionados para segmentos característicos (jovens em situação de risco ou excluídos socialmente), tornam-se claro a falta de canais de comunicação com os próprios jovens, receptores de qualquer das propostas, mas nunca considerado como parceiros expressivos no seu propósito, efetivação e avaliação (SPOSITO, 2003).

A percepção comum, todavia, continua mostrando os jovens de maneira negativa, por intermédio de estigmas e estereótipos. A consequência do contexto sócio-político e econômico do qual se procedem, a juventude é conceituada perigosa, marginal, alienada, irresponsável, desinteressada ou desmotivada, e cada vez mais correlacionados à violência e aos transvios de conduta (os meninos de rua, as gangues, aos arrastões, as galeras e as ações de vandalismo). A determinação do comportamento dos jovens como estando inclinado a um transviamento no processo de integração social recupera componentes que foram habituais na análise realizada na década de 50, isto é, a formação de culturas juvenis contraditórias à sociedade adulta. Desta concepção, “[...] o desafio é reorientar as políticas públicas para juventude na diretriz de um modelo de jovens cidadãos e sujeitos de direito que permita gradativamente deixar para trás perspectivas como o da juventude-problema que aterroriza a segurança pública” (BANGO, 2003, p. 46).

“Através de atividades culturais e experiências sociais, pode-se trazer para a pauta pública o debate dos sentimentos e colaborar assim, para as alterações de pensamento” (NOVAES, 2000, p. 54). Nesse aspecto a participação se pormenoriza por uma potência de ação consciente, em que os jovens “[...] pertencentes de uma unidade social identificam e atribuem sua autoridade de praticar influência na definição da execução dessa unidade, de sua cultura e de seus desfechos” (MIRANDA, 2003, p. 27). Esse poder é resultado de sua habilidade e interesse de entender, decidir e atuar em volta de assuntos que lhe são simpatizantes.

Mercado de trabalho para a juventude brasileira

Torna-se significativo constatar a centralidade do trabalho na existência da juventude, como percebe Freitas; Cardos e Braz (2012) na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, empreendida pelos POLIS e IBASE. Todavia, existem diversas contestações sobre o trabalho na área das políticas públicas para os jovens.

Por um lado, muitos investigadores e gestores, julgam primordial transferir a inserção dos jovens no mercado de trabalho para consentir a continuidade na escola, possibilitando a obtenção de diplomas escolares de categoria mais elevada, que oportunizem ingresso a postos de trabalho mais vantajosos, tanto em condições de remuneração como de perspectivas de realização pessoal. De outro modo, considerando os acentuados processos de modificações produtiva e de alterações sociais pelos quais trespagam as sociedades atuais, o maior grau de escolaridade tem demonstrado uma promessa de acesso a melhores categorias de trabalho que nem sempre é indubitável (FREITAS; CARDOSO; BRAZ, 2012, p. 76).

Na investigação Perfil da Juventude Brasileira, mencionada pelos autores acima, os resultados do “Projeto Juventude”, o trabalho é pontuado pelos jovens inqueridos como a segunda preocupação, logo depois a segunda, e como primeira dificuldade que hoje afeta o país. “Nesta diretriz o trabalho é também apontado em primeiro lugar entre os direitos mais significativos para o cidadão, bem como entre os direitos que a juventude deveria possuir, na análise dos entrevistados” (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 75).

Apesar de os jovens estabelecerem o direito ao trabalho como principal inquietação para suas vidas, entre os gerentes e pesquisadores não se encontra um consenso quanto o reconhecimento desse direito e a inevitabilidade de elaborar uma legislação singular que o garanta e regule. Em contrapartida, já que os entendimentos de juventude e adolescência ainda encontram-se bastante dispostos, é difícil assegurar um direito que parece contrariar o que é sancionado no Estatuto dos direitos da Criança e do Adolescente (ECA), que coíbe o trabalho para os menores de 14 anos e regimenta de maneira bastante austera o trabalho para menores de 18 anos (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012).

Os resultados da Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia mostraram algumas singularidades da correspondência dos jovens com o mundo do trabalho. Percebe-se que 60,8% dos entrevistados relataram que não estavam trabalhando. Percebe-se que, o sexo, a classe social e a faixa etária são todas variantes que interferem sobre a expectativa de acesso ao mercado de trabalho: as meninas, os mais jovens e os menos desfavorecidos encontram-se numa clara situação de desigualdade. Outro fator de importância mostra a influência do nível de escolaridade:

Ao passo que 33,2% dos jovens com educação fundamental informaram estarem trabalhando, este percentual chegou a 52,6% entre os jovens de nível médio completo ou mais. A questão cor também aparece como um fator de discriminação: à medida que 41,5% dos jovens de cor branca informaram estarem trabalhando, esse percentual caiu para 38,9% entre os negros. Dos jovens pesquisados que relataram não estar trabalhando, 62,9% informaram estar em busca de trabalho. As diferenças de classe social tornam-se claras

quando se verifica que 69,7% dos jovens provenientes das classes sociais D/E estavam em busca de trabalho, à medida que 49,6% oriundos das classes A/B se encontravam na mesma posição. Também é expressivo a quantidade de jovens da classe C que declarou estar em busca de trabalho, um número de 65,8%. As diferenças se comprovam quando a questão é o tipo de instituição de ensino frequentada pelos jovens: dos que cursaram em escola pública, 66,7% estavam em busca de trabalho, ao passo que somente 42% dos que fizeram escola privada se encontravam na mesma posição (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 77-78).

Neste cenário, ressalta-se a procura frustrada por emprego e os empecilhos a serem vencidos pelos jovens, por mais que sejam uma categoria de geração, estão centralizados em deliberadas parcelas da população: os mais pobres, os residentes de favelas e zonas urbanas periféricas, os jovens negros e as mulheres jovens.

Os jovens que alcançam posição no mercado de trabalho, assim são sujeitados a precariedade: “30,6% são trabalhadores com carteira assinada e 44,7% são trabalhadores sem a carteira assinada, empregados por conta própria ou autônomos sem relação com a Previdência Social” (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 78). Por outro lado, os jovens aprendizes “são 7,4% e apenas 4,8% são autônomos e com vínculo com a Previdência Social. Os jovens trabalhadores sem registro na carteira das classes A/B são 17,1%, mas essa porcentagem alcança 34,9% entre os das classes D/E” (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 78).

Neste aspecto, a pesquisa mostrou vulnerabilidade nos vínculos de trabalho e são subjugados os jovens das classes mais humildes.

A circunstância dos jovens investigados em relação ao trabalho e estudo é a seguinte: 26,8% só trabalham; 32,8% só frequentam a escola; 13,6% frequentam a escola e trabalham e um percentual bem significativo 28,2% nem frequentam a escola e nem trabalham. Conforme Freitas; Cardoso e Braz (2012, p. 78), “dos jovens que se encontravam presentes nos grupos de diálogo, a faixa etária de idade de 21 a 24 anos foi a que mais apresentou o maior percentual de jovens trabalhando em todas as regiões”, nessa conjuntura percebe-se que nessa faixa etária os jovens apresentam maiores chances de trabalho do que em idades mais jovens.

As diferenças regionais são consideráveis: à medida que a região de Minas apresentou a maior porcentagem de jovens trabalhando (55,6%), a região de Recife apresentou a menor taxa (26,8%). Nos grupos de diálogo, o trabalho revelou-se entre as mais relevantes preocupações dos jovens. “No Distrito Federal, Porto Alegre e em São Paulo, abrangeu a primeira posição entre as questões que mais preocupavam os jovens; no Rio de Janeiro, em Salvador e em Belo Horizonte, revelou-se em segundo lugar e,

em Belém e Recife, na terceira posição, atrás da educação e violência. “Tudo que queremos é trabalho!”. Discurso de uma jovem da cidade do Recife” (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 79).

A respeito do que preocupa a juventude em relação ao trabalho a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, indicou as seguintes variantes: mercado de trabalho limitado; a ausência de formação profissional adequada, arranjar o primeiro trabalho e encarar preconceitos. “Uma contestação contumaz é quanto à contradição do mercado de trabalho, que exige a tão mencionada ‘prática social’ dos que se encontram precisamente necessitando da sua primeira oportunidade de emprego, demonstrando a deficiência das políticas públicas de introdução dos jovens no mercado de trabalho” (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 79).

A juventude ambiciona por aperfeiçoamento profissional, e não levam em conta a reorganização econômica e as alterações nas maneiras de produção que influenciam vigorosamente a respeito da redução dos postos de trabalho e sobre as condições precárias de trabalho.

A procura por mais qualificação profissional foi o principal tema nos debates durante os diálogos. O aumento das oportunidades de aperfeiçoamento profissional e a adaptação entre a oferta de aperfeiçoamento e a procura por profissionais qualificados existentes no mercado de trabalho foram exigências principais nas vozes dos jovens, que creem que seja factível regular melhor a oferta e a procura por trabalhos. A relevância de cursos mais voltados à profissionalização, que acrescentem a educação escolar, demonstrou-se na Pesquisa de Opinião: 66,8% dos jovens inqueridos informaram participar de algum tipo de curso extraescolar. A maior ocorrência entre as classes sociais localiza-se em cursos de informática e computação (44,6%), profissionalizantes (20,1%), esportivos (15,3%) e de alguma língua estrangeira (11,7%) [...]. Entretanto, a participação de jovens mais pobres é menor, assim como, a dos de baixa escolaridade e os negros nesses ambientes de qualificação complementar. Esta condição demonstra que a desigualdade escolar se apresenta também no ingresso às oportunidades de complemento formativo que se encontram dispostas de maneira mais ampla para os jovens brancos e provenientes das classes de maior poder econômico (FREITAS; CARDOSO e BRAZ, 2012, p. 79-80).

Quanto a demanda de emprego, os estágios são indicados como estratégia de sobrevivência premente, na investida de superar as imposições do mercado de trabalho. Esta chance não é dividida democraticamente entre as classes sociais, é alcançável para a juventude de classe social mais elevada. Em todas as regiões em que ocorreu a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, os jovens constataram sentimentos discriminação, na procura pelo primeiro trabalho, relativos à aparência e a atos de racismo contra os jovens na sua maneira de se vestir e de se comportar.

Na investigação “Perfil da Juventude Brasileira” sondados a respeito dos principais conceitos relacionados ao trabalho, os jovens apontaram: necessidade (65%), autonomia (54%), desenvolvimento (48%) e auto realização (28%). À vista disso, no próximo item se procura explorar as atuações públicas pertinentes a juventude. A qual frequentemente não são integradas e continuadas no Brasil.

Políticas públicas para a juventude brasileira

De acordo com os Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento, o ano de 2008 foi o início de destaque para importantes progressos nos programas públicos de garantia de renda e emprego para os jovens brasileiros em consequência da unificação destes no ProJovem. Todavia, cabe ressaltar que os projetos e programas em sua maior parte, prosseguem, na execução, subdivididos nos diferentes setores de ações públicas (MDS, 2014).

Compreender o jovem em suas diferentes características e faces; é assegurar os direitos desta parcela social, são condições de grande relevância no estabelecimento da democracia e inclusão social no país. É com base nesta concepção que o governo federal conduz a criação de políticas públicas para os jovens. Esta nova forma de enxergar a juventude, teve como uma de suas resultâncias a formação no ano de 2004, do Grupo Interministerial formado por 19 ministérios e organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Essa ação foi importante, em decorrência da enumeração dos principais programas federais destinados para o segmento jovem da população e empreendeu uma análise da condição da juventude brasileira, esta verificação teve como resultado a determinação da Política Nacional da Juventude.

Com essas ações, revelou-se a prioridade com que deveria ser abordado as questões do jovem, e aconteceram incentivos para que novos atos fossem concebidos e a consolidação de atividades que objetivam a preservação dos direitos e a oferta de oportunidades a juventude no Brasil.

Os últimos anos têm testemunhado importantes mudanças sociais, econômicas e culturais, acometendo as práticas produtivas e os vínculos sociais, trabalhistas e comerciais em todo o globo. Esta nova circunstância produziu novas desigualdades sociais que demandaram do campo das políticas públicas opções que encarassem o quadro de exclusão. No que se destina à juventude, é recente a inserção desta questão na pauta política do Brasil e do mundo. As políticas públicas trespassaram a integrar as questões relacionadas à juventude, de maneira mais sólida, por propósitos emergenciais,

já que os jovens são os mais atingidos pelas mudanças no mundo do trabalho e pelas peculiares maneiras de violência física e simbólica que particularizam o século XXI (PRESIDÊNCIA, 2014).

A partir dos esforços de pesquisadores, instituições internacionais, movimentos jovens e gestores municipais que evidenciaram a particularidade da experiência social desta geração de jovens a temática em menção ganhou maior importância no país na década de 1990. Desde então o governo federal passou considerar os jovens como uma categoria heterogênea, com particularidades distintas que mudam de acordo com razões sociais, econômicas, culturais e regionais. Esta nova forma de observar o jovem fez com que fosse iniciada uma nova formulação de política pública, que os reconhece com uma parcela social detentor de direitos e personagens do desenvolvimento Nacional. Jovens e políticas públicas buscam ocasiões favoráveis para conquistarem possibilidades como ingresso a educação, a profissionalização e a cidadania. Assim como, proporcionar o uso dessas capacidades concedendo ingresso ao mercado de trabalho, à renda, ao crédito, aos esportes, a cultura, ao lazer e a terra, fazendo com que a preservação de direitos seja atendida com competência.

De acordo com o portal da Presidência (2014) a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é incorporada à Secretaria-geral da Presidência da República e é encarregada por desenvolver a criação de políticas públicas para o segmento jovem de toda a federação; assim como, desenvolver os programas e projetos, em esfera nacional, atribuídos a juventude entre os 15 e 29 anos de idade. Foram detectados nove desafios para conduzir a solidificação da Política Nacional de Juventude a partir de pesquisas das condições socioeconômicas da juventude brasileira, o quais são: 1) aumentar o ingresso ao ensino e a continuidade em instituições de ensino de qualidade; 2) acabar com o analfabetismo; 3) habilitar para o mercado de trabalho; 4) criar trabalho e renda; 5) favorecer uma vida saudável; 6) tornar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação democrático; 7) favorecer os direitos humanos e as políticas assertivas; 8) encorajar a participação social e a cidadania, e; 9) aperfeiçoar a qualidade de vida nas comunidades tradicionais e no ambiente rural.

Políticas públicas e inclusão do jovem no mercado de trabalho

Conforme Pereira (2014), o trabalho remunerado deixou de ser um caráter privativo da sociedade de mercado e tem se tornado também uma das fundamentais maneiras de ação social para a elaboração ou reprodução de novos elementos familiares

independentes. Isso se utiliza, principalmente, à parcela jovem da população com aspiração de alcançar independência em relação aos pais, ou preparar a transformação segura para a vida adulta com total ingresso ao emprego, lazer, saúde e educação e, e pelo menos no mínimo, protegido da malevolência de narcotraficantes. Agrega-se também à “transferência segura para a vida adulta” com a composição de novas famílias a partir do casamento ou amasiando-se.

Entretanto, investigações recentes têm apresentado a presença de um desemprego estrutural e defasagem escolar que compreende os jovens, especialmente, os das classes trabalhadoras, junto deles os de procedência rural. Em população de 34,86 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no país, 20% não tinham emprego e nem estudavam em 2003. Quando se configura para as mulheres e os negros jovens, essa porcentagem aumenta para 27% e 22%, nesta ordem (IBGE, 2010; Pnad, 2010; IPEA, 2010). Ainda que a pesquisa (Perfil da Juventude Brasileira) solicitada anualmente pelo Instituto Cidadania, Instituto de Hospitalidade e SEBRAE – divulga que entre os meses de novembro de dezembro de 2013, 33% dos jovens entre 15 e 24 anos já haviam trabalhado, mas no presente encontravam-se desempregados e outros 25% jamais haviam trabalhado, mas estavam à procura de trabalho.

Passados quatro anos, já em 2014, as estatísticas de desemprego entre os jovens não somente se mantiveram altas, mas também cresceram em relação a 2010. Segundo o Dieese, em outubro de 2014, o desemprego entre a juventude era de 32,9%, o que se refere a quase o triplo do efetivo entre os indivíduos com 25 anos ou mais que é de 13,8%. Além do mais, a maior parte dos jovens não conseguem combinar trabalho e escola. Cerca de 71% dos jovens que trabalham, na cidade de São Paulo, não estudam (PEREIRA, 2014).

DIEESE (2012) demonstra que a parcela de jovens desempregados em 2005 era cerca de 108% maior a de 1995. Nesse aspecto, está montado uma grande problemática social que requer ação instantânea dos legisladores de políticas públicas, governos e, por que não, de toda a sociedade civil do país (Instituições religiosas, ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, etc). É necessário combater vigorosamente o desemprego e possibilitar circunstâncias para que a juventude empregada também possa estudar e ter lazer. Autonomia e trabalho. Essas duas condições estão no alicerce de transição para a vida adulta entre a juventude. Mas, se julgar os altos percentuais de desemprego e a situação favorável que se cria para a compreensão com a utilização de drogas e entorpecentes, assim como, o retardamento na formação de novos seios familiares

autônomos, pode-se afirmar que um dos elevados problemas sociais para os jovens, atualmente, é a transferência segura para a vida adulta (PEREIRA, 2014).

Na tentativa de fugir dessa problemática, milhares de jovens em todo o globo – particularmente das zonas rurais e também no Brasil – têm realizado migrações na procura de emprego e melhores condições de vida. A proporção dessas migrações e envergadura que a Organização das Nações Unidas (ONU) presume que em 2016, a quantidade de habitantes das cidades será maior que habitantes do campo. E aonde irão residir a juventude migrante? A ONU presume que irão viver em favelas com precárias moradias, sem saneamento básico, sem água potável com elevados percentuais de desemprego e/ou com trabalhos precários inaptos de proporcionar-lhes a transição segura para uma vida adulta.

Esse ambiente se caracteriza como uma problemática social que se destaca com as progressivas reestruturações do sistema capitalista pautadas na utilização predatória de tecnologias e cortes de verbas para as políticas públicas sociais, tal como um problema de governos nas esferas federais, estaduais, municipais, das associações de comunidades, dos pais, e outros. Um ponto de início é politizar a questão sobre os jovens e transição segura para a vida adulta na comunidade jovem, nas instituições de ensino, nas associações de bairro, nas Câmaras de vereadores e tornando-as prioridades nas pautas políticas estaduais, municipais e internacionais elaborando melhores circunstâncias de vida nas áreas urbanas e rurais.

De acordo com o Guia de Políticas Públicas de Juventude (PRESIDÊNCIA, 2014) apresenta-se a seguir o conjunto de Programas que o governo federal concede neste campo:

Programa Agente Jovem: O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma atividade regular de assistência social reservada a juventude em idade de 15 a 17 anos, sendo dez por cento das vagas destinadas a jovens com deficiência. Esse programa objetiva o desenvolvimento social, pessoal e comunitário e possibilita, no horário contrário ao turno da escola, aperfeiçoamento teórico e prático, por intermédio de atividades que não caracterizam trabalho, mas que proporcionam a permanência do jovem na instituição de ensino, preparando para o seu futuro ingresso no mercado de trabalho. Os jovens nesse programa recebem uma bolsa de R\$ 65,00 mensais no decorrer dos 12 meses em que estiverem inseridos no Programa e agindo em sua comunidade. Uma das principais exigências para a permanência do jovem neste Programa é a frequência de, no mínimo, 75% do total de aulas e ações previstas.

O projeto é direcionado a juventude que reside em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. É concedido prioridade àqueles que já tenham participado de outros programas sociais; que se encontrem em medida preventiva, sócio educativa ou em liberdade assistida. Os objetivos principais do Agente Jovem são: criar circunstâncias para inserção e reinserção do jovem no sistema escolar; favorecer o fortalecimento da relação familiar e comunitária e prepara-lo para agir como agente de mudança e desenvolvimento de sua comunidade. O programa objetiva, ainda, aperfeiçoar ações que propiciem a integração e a interação do jovem no mercado de trabalho (TEM, 2014). O MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome) co-financia um total de 4.505 núcleos de Agente Jovem em 1.812 municípios brasileiros. São atendidos um número de 113,535 jovens. O repasse no exercício de 2014 foi de R\$ 113.534.819,95 para as Bolsas e as Ações Socioeducativas.

Programa Escola de Fábrica: Este programa por intermédio de cursos profissionalizantes ofertados no próprio espaço das empresas viabiliza a inserção de jovens entre 16 a 24 anos no mercado de trabalho. O programa procura aliar responsabilidade social à necessidade das indústrias de necessitar de profissionais qualificados. Por intermédio de associações, as organizações gestoras (ONG's, OSCIP's, fundações, prefeituras, escolas técnicas, cooperativas) são encarregados pela formação técnico e pedagógica, já as empresas proporcionam a infraestrutura. Os cursos são destinados para as predisposições de cada região e as instituições associadas do programa devem acompanhar seus estudantes por um prazo de dois anos. Como estímulo, o Ministério da Educação transfere aos estudantes uma bolsa de R\$ 150 por mês no decurso da realização do curso (MDS, 2014).

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE): Esse programa tem o objetivo de fortalecer a qualificação socioprofissional para garantir a inserção social e inclusão do jovem no mercado de trabalho. Destina-se a jovens de 16 a 24 anos desempregados e pertencentes a famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Jovens com deficiência, do sexo feminino, indígenas, ex-presidiários e afro descendentes têm a prioridade na assistência neste programa.

Os principais programas que compõe o PNPE são: Consórcio Social da Juventude, o Jovem Aprendiz e o Empreendedorismo Juvenil. O Consórcio Social da Juventude proporciona ao jovem adquirir conhecimentos gerais de disciplinas e de qualificação profissionalizante específica no período de quatro meses, os jovens recebem auxílio transporte e uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 150,00.

O programa **Empreendedorismo Juvenil** por intermédio de parcerias com organizações nacionais e internacionais de assistência aos jovens fomenta a criação de oportunidades de emprego, ocupação, negócios, organização, inserção social e visão empreendedora do jovem.

No programa **Jovem Aprendiz** para responder à cota estabelecida por lei, as empresas devem apresentar em seu quadro funcional, o mínimo de 5%, e no máximo 15% de jovens contratados. Essa é uma ocasião favorável para os jovens com idade entre 14 a 24 anos que nunca tenham trabalhado com carteira assinada aprender uma profissão ou um ofício com um contrato de trabalho registrado em carteira. Esse programa é considerado atualmente como um dos mais eficazes na geração de emprego para os jovens brasileiros.

Oportunizar a criação de oportunidades de emprego para os jovens do país, sensibilizando o governo e sociedade para a elaboração conjunta de uma política nacional de trabalho digno para os jovens é o foco do **Programa Primeiro Emprego**. Os objetivos específicos integram a promoção, articulação, replicação e ampliação das experiências concebidas pelo governo federal, estados e municípios, pela iniciativa privada, pelos órgãos da sociedade civil ou por ações conjuntas de todos esses segmentos. Oportunizar a geração de ocupação remunerada por intermédio do investimento de ideias e experiências transformadoras.

Constituir e fortalecer cooperações governo-sociedade para a criação, implantação e análise conjunta de todas as atividades do PNPE, assim como, instaurar mecanismos perduráveis de atendimento entre o governo e a sociedade civil, por intermédio da promoção de conferências temáticas, conferências regionais e a Conferência Nacional sobre Alternativas de Trabalho Decente para a Juventude.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem): Este programa objetiva proporcionar a juventude a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de atividades comunitárias e é designado aos jovens com idade entre 18 a 24 anos, que nunca tenham tido a carteira de trabalho registrada e que concluíram o 5º ano do ensino fundamental, mas não concluíram 9º ano do nível fundamental. Ao percurso de 12 meses, os estudantes têm aulas das disciplinas próprias do Nível Fundamental, cursos de língua inglesa, de informática básica e recebem qualificação profissional inicial apropriado às oportunidades de emprego de seu município. “Neste período, os jovens recebem uma bolsa mensal de R\$ 100, desde que cumpram 75% de presença nas aulas e demais exercícios previstas. Ao final do

curso, os jovens são submetidos a uma avaliação nacional para receberem os certificados de conclusão do Ensino Fundamental” (MTE, 2014, p. 11).

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja): Este programa tem o objetivo de ampliar aos trabalhadores que não tiveram ingresso a educação em nível médio na idade regular o oferecimento de vagas nos cursos de educação profissionalizante. O programa é destinado a jovens e adultos que já terminaram o Ensino Fundamental e tenham, no mínimo, idade de 21 anos. São ofertados cursos de formação inicial e continuada, com uma carga horária de 1.600 horas no máximo, sendo que 1.200 constituem-se em formação geral, composto ao ensino de 5º a 9º ano. Para quem tenciona cursar o ensino profissionalizante, a carga horária mínima é de 2.400 horas. “Nessa situação, o aluno que terminar o curso com aproveitamento, por meio de avaliação, recebe o certificado do Ensino Médio, estando habilitado para ter acesso à educação superior” (MDS, 2014, p. 2).

Projeto Soldado Cidadão: Este projeto apresenta como objetivo preparar jovens de baixa renda provenientes do serviço militar para o mercado de trabalho. Os jovens nesse programa passam a ter a oportunidade de aprender diversas profissões. Além de criar o Soldado Cidadão, o governo federal tem procurado elaborar circunstâncias para concentração de um percentual maior de jovens para prestação do serviço militar obrigatório.

Programa Universidade para Todos (ProUni): Este programa tem o objetivo de tornar o ingresso ao ensino superior mais democrático no país, ampliando vagas, estimulando o processo de inclusão social e gerando emprego e renda aos jovens brasileiros, oferece bolsas de estudo integral e parcial em instituições de educação superior privadas para os estudantes brasileiros da classe baixa renda. As instituições de ensino que se associam ao programa são dispensadas de pagarem alguns impostos federais.

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.
Podem participar: Estudantes egressos do ensino médio da rede pública; Estudantes egressos da rede particular, na condição de bolsistas integrais da própria escola; Estudantes com deficiência; Professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. Nesse caso, não é necessário comprovar renda.

Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. (TEM, 2014, p. 7).

Os alunos do ProUni que se dedicam ao estudo em período integral, são beneficiados pela Bolsa Permanência, recebendo uma bolsa mensal no valor de um salário mínimo.

Considerações Finais

A maioria expressiva dos jovens procuram no emprego e na renda circunstâncias para melhorar sua qualidade de vida. De forma contraditória, a própria procura por trabalho requer recursos mínimos para a alimentação e o transporte, que nem sempre juventude possui. Outro obstáculo da juventude que trabalha é o desrespeito às leis do trabalho, como o trabalho sem carteira registrada, sem pagamento de horas extras, e trabalho mal remunerado.

O desemprego acomete a juventude, atrapalhando um caminho de conquistas, a independência, o progressivo trânsito para a vida adulta e a autonomia financeira. Quando os jovens esbarram com o fato excludente do mercado de trabalho, iniciam um caminho tortuoso de desmascaramento de alguns entraves à inclusão, pois constatam que programas que se propõem facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho não apresentam os resultados esperados.

Entretanto, existe um grande percentual de jovens que também precisa de políticas públicas, uma vez que seu caráter criativo e ágil é a causa da transformação social. Toda a força característica desse período da vida necessita ser otimizada, a fim de ocasionar as alterações expressivas em suas vidas, os jovens precisam ser desenvolvidos por intermédio de políticas públicas positivas.

Os resultados das pesquisas apresentadas neste artigo não são animadores no que se refere à juventude e ao mercado de trabalho no país. Entretanto, a juventude continua sendo base para algumas ações do governo. Todavia, a imagem que o jovem brasileiro tem em relação as instituições públicas e da classe política é bastante negativa. Não conformam variáveis que lhe dê uma segurança para futuro melhor.

Assim, se faz fundamental desenvolver ações conjuntas nas escolas, nos grupos sociais e no seio familiar. Tais tentativas condicionam a formação de redes pautadas na confiança bilateral, na composição de bases que poderão, a longo prazo, ser

indispensáveis na estruturação de uma cultura jovem democrática, libertadora e igualitária.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (org). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2005.
- BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com juventude. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v.19, n.2, 2008, p.19-46.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Associativismo, representação de interesses e intermediação política*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. *Programas Públicos para Jovens no Brasil*. Brasília. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Juventude em Dados*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2014.
- PEREIRA, José Carlos Alves. *Juventude, desemprego, migrações e transição para a vida adulta*. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pos/area.php?texto=noticias&mostrar=notice479.txt> >. Acesso em: 05 mai. 2014.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos. São Paulo: DIEESE, 2012.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Guia de Políticas Públicas de Juventude*, Secretaria, Geral da Presidência da República, Brasília: 2006.48 p. Disponível em: www.presidencia.gov.br. Acesso em : 10 jul. 2014.
- REIS, Antero Maximiliano Dias dos Reis. Juventude brasileira: olhares de uma pesquisa. Florianópolis: *Revista Percursos*. v. 11, nº. 1, jan – jul 2010.
- FREITAS, Maria da Conceição da Silva; CARDOSO, Cauan Braga da Silva; BRAZ, Raul Henrique Athayde. O futuro do trabalho: o que pensam os jovens do Projeto Novos Olhares. Brasília: *Revista Participação*, ano 12, nº 21, 2012.

Resumo: Percebe-se a vulnerabilidade das políticas públicas para jovens no Brasil, especificamente, na fragilidade da juventude brasileira em relação ao desemprego e a outros aspectos. Acrescenta-se a isso a ausência de investimentos em saúde, programas para geração de rendas e principalmente para a educação. A partir de setembro de 2007 o governo brasileiro iniciou o programa, ProJovem, uniformizando os já efetivos e segmentando em ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente e ProJovem Campo. Assim, a presente investigação tenciona pesquisar a condição dos jovens frente ao mercado de trabalho e suas perspectivas em correspondência ao ProJovem e suas conquistas, tendo em conta a inclusão social da juventude brasileira.

Palavras-chave: Jovens. Mercado de trabalho. Políticas públicas. ProJovem.

Abstract: Realize the vulnerability of public policies for young people in Brazil, specifically in the fragility of the Brazilian youth in relation to unemployment and other aspects. it adds to this the absence of investments in health, programs for income generation and especially for education. From September 2007, the Brazilian government started the program, ProJovem, standardizing the already effective and targeting in ProJovem Urban ProJovem Worker, ProJovem Adolescent and ProJovem Field. Thus, the present study intends to investigate the condition of young people outside the labor market and its prospects in correspondence to ProJovem and achievements, taking into account the social inclusion of Brazilian youth.

Keywords: Youth. Job market. Public policy. ProJovem.

Recebido em: 07/02/2016.

Aceito em: 03/06/2016.